

## SEÇÃO VIII

# Mercado de trabalho

## Sumário

Embora os dados recentes consolidem um cenário de leve expansão da ocupação e da renda, o mercado de trabalho brasileiro ainda registra uma trajetória de recuperação moderada. A lenta desaceleração da taxa de desocupação, aliada à manutenção do desalento e da subocupação em patamares elevados, sinaliza a necessidade de uma aceleração mais forte do nível de atividade para que seja possível uma melhora significativa no cenário de emprego no país, como mostram os dados Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Adicionalmente, nota-se que vem crescendo sistematicamente a parcela de desempregados cujo tempo de procura por emprego é maior que dois anos. No terceiro trimestre de 2018, um em cada quatro desocupados já se encontrava nesta situação há pelo menos dois anos. Por fim, a expansão da ocupação tem sido mais intensa em postos sem carteira assinada ou na forma de trabalho por conta própria, pressionando os indicadores de informalidade.

Em contrapartida, os dados mais recentes do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho, já apontam um ambiente mais favorável, marcado por uma geração de mais de 790 mil novas vagas com carteira assinada de janeiro a outubro de 2018. Esse processo de criação de postos de trabalho formais, no entanto, vem ocorrendo de modo diferenciado entre os setores. De fato, nos últimos doze meses, encerrados em outubro, o setor de serviços foi o responsável por 88% de todas as vagas criadas, com destaque para os segmentos “administração de imóveis e valores, serviços mobiliários e técnicos” e “serviços médicos, odontológicos e veterinários”, que, juntos, geraram 81% de todas as vagas do setor. No entanto, a indústria de transformação vem perdendo dinamismo, influenciada, sobretudo, pelo desempenho do subgrupo “têxtil, vestuário e calçados”, com uma destruição de 37 mil postos de trabalho entre novembro de 2017 e outubro de 2018. Ressalta-se ainda o bom comportamento da construção civil, que gerou quase 71 mil vagas de trabalho de janeiro a outubro de 2018, mostrando uma forte recuperação quando comparada ao mesmo período de 2017, quando foram fechados 40 mil postos de trabalho.

O avanço da ocupação em postos informais, ou mesmo no segmento formal nos setores de serviço e construção, gerou uma mudança na composição do emprego, aumentando o peso dos postos de trabalho com níveis mais baixos de rendimentos. No entanto a média dos rendimentos do trabalho manteve em 2018 uma trajetória ascendente já registrada em 2017, e isso se deve ao aumento registrado para determinadas categorias de trabalhadores, tais como funcionários públicos e

**Maria Andreia Parente Lameiras**  
Técnica de Planejamento e Pesquisa da  
Diretoria de Estudos e Políticas  
Macroeconômicas (Dimac) do Ipea.

[maria-andreia.lameiras@ipea.gov.br](mailto:maria-andreia.lameiras@ipea.gov.br)

**Sandro Sacchet de Carvalho**  
Técnico de Planejamento e Pesquisa da  
Dimac do Ipea

[sandro.carvalho@ipea.gov.br](mailto:sandro.carvalho@ipea.gov.br)

**Carlos Henrique L. Corseuil**  
Técnico de Planejamento e Pesquisa da  
Diretoria de Estudos e Políticas Sociais  
(Disoc) do Ipea

[carlos.corseuil@ipea.gov.br](mailto:carlos.corseuil@ipea.gov.br)

**Lauro R. A. Ramos**  
Técnico de Planejamento e Pesquisa da  
Disoc do Ipea

[lauro.ramos@ipea.gov.br](mailto:lauro.ramos@ipea.gov.br)

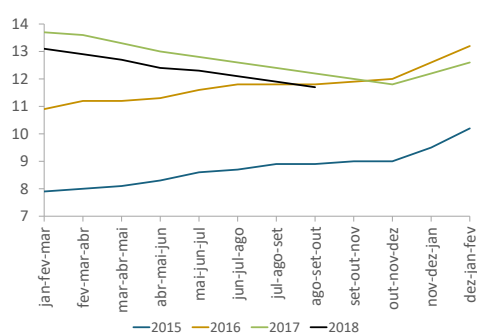
empregados sem carteira. Vale dizer que, no mesmo período iniciado em 2017, é registrado também um aumento na desigualdade dos rendimentos do trabalho. As trajetórias distintas do rendimento médio entre posições na ocupação parecem ter tido uma influência modesta no aumento da desigualdade que aparenta guardar uma relação mais estreita com aumentos na desigualdade salarial registrados no interior dos grupos de trabalhadores definidos a partir das suas respectivas posições na ocupação.

## 1 Aspectos gerais

Embora os dados mais recentes consolidem um cenário de leve expansão da ocupação e da renda, o mercado de trabalho brasileiro registra uma trajetória de recuperação moderada, sinalizando que os efeitos da crise econômica sobre o nível de atividade ainda limitam uma retração mais significativa do desemprego, da subocupação e do desalento.

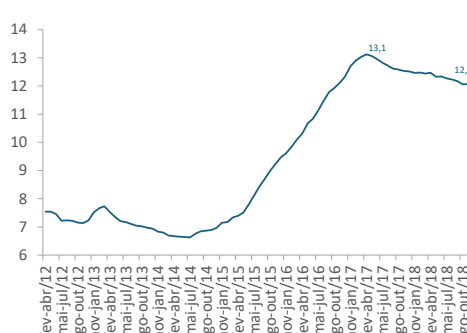
A taxa de desocupação ainda se encontra em nível elevado (11,7% no trimestre de agosto a outubro), porém está abaixo do observado nestes mesmos períodos de 2016 e 2017, conforme o gráfico 1, de acordo com os dados da PNAD Contínua. A queda do desemprego, em termos dessazonalizados, também é ainda muito lenta, como mostra o gráfico 2. Após registrar o maior nível da série no primeiro trimestre do ano passado, a taxa de desocupação recuou apenas 0,5 p.p. nos últimos doze meses da série; após ter registrado o mesmo recuo de 0,5 p.p. nos seis meses anteriores, ou seja, entre os trimestres finalizados em abril e outubro de 2017.

GRÁFICO 1  
Taxa de desocupação  
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnadc  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 2  
Taxa de desocupação Dessazonalizada  
(Em pontos percentuais)

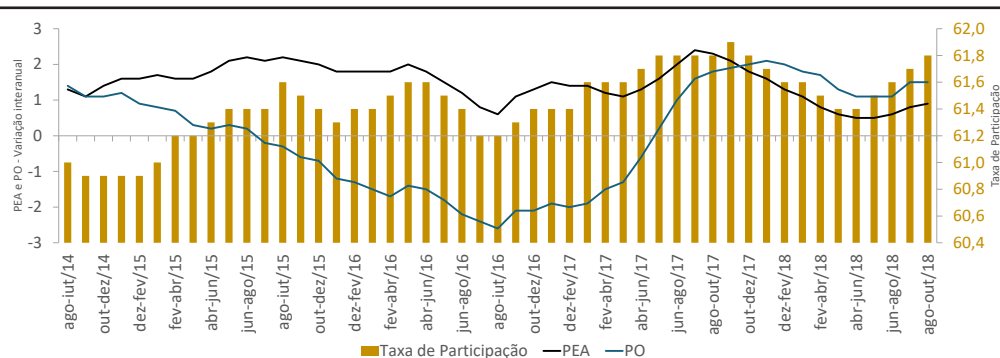


Fonte: IBGE/Pnadc  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na análise dos fatores determinantes do desemprego, identifica-se que esta acomodação da taxa de desocupação na margem pode ser atribuída, em parte, a uma leve alta no ritmo de crescimento da população economicamente ativa (PEA), que atenuou a melhora na trajetória de expansão da população

ocupada (PO). No último trimestre móvel, na comparação interanual, a força de trabalho registrou variação de 0,9%, acelerando em relação aos períodos imediatamente anteriores e voltando a registrar crescimento similar ao da população em idade ativa (PIA), com taxa média de expansão interanual de 1,0% ao longo de 2018, conforme mostra o gráfico 3.

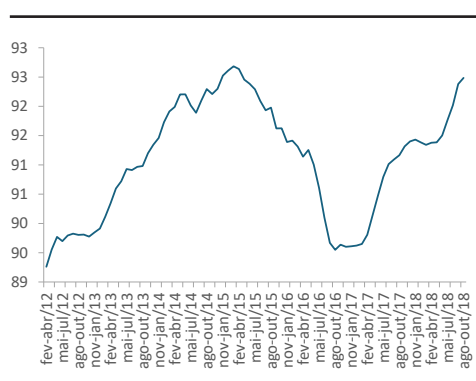
GRÁFICO 3  
Taxa de participação, PEA e PO  
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnadc.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

De modo semelhante, a PNAD Contínua mostra um maior dinamismo da ocupação nos dois últimos trimestres móveis, cuja taxa de variação interanual saltou de 1,1%, em agosto, para 1,5%, em outubro. Os dados dessazonalizados evidenciam ainda mais esta melhora no comportamento da ocupação nos meses mais recentes (gráfico 4). Os 92,5 milhões de trabalhadores ocupados registrados no trimestre que termina em outubro de 2018 se aproxima bastante do nível registrado no primeiro trimestre de 2015 (92,7 milhões), momento esse que marca o início de um período de intenso declínio até o terceiro trimestre de 2016.

GRÁFICO 4  
PNAD Contínua – PO dessazonalizada  
(Em Milhões de pessoas)

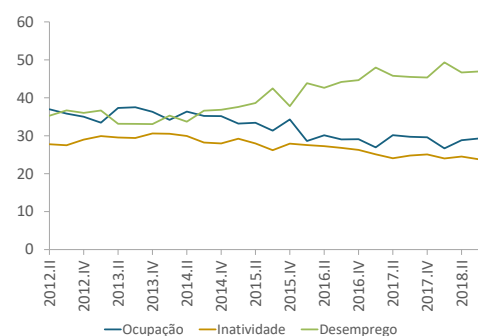


Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Apesar de o aumento da ocupação em velocidade superior à da força de trabalho estar gerando nos últimos trimestres uma retração do contingente de desempregados, alguns aspectos precisam ser pontuados. Inicialmente, ressalta-se que, a despeito da queda, a população desocupada ainda se mantém em patamar elevado (12,7 milhões), evidenciando a necessidade de uma geração bem mais intensa de novos postos de trabalho para que este grupo

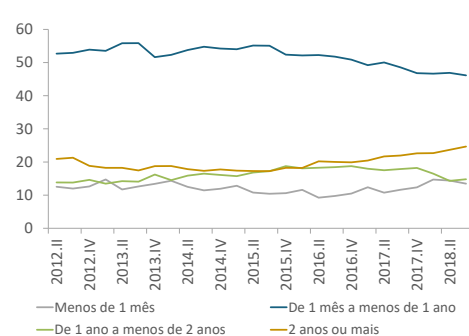
possa recuar de modo mais significativo. Mesmo diante de um leve aumento da parcela de desempregados que conseguiram uma ocupação no último trimestre, ainda se mantém em patamar elevado o contingente de trabalhadores que se mantiveram desempregados neste período. Adicionalmente, vem crescendo sistematicamente a parcela de desempregados cujo tempo de procura por emprego é maior que dois anos. No terceiro trimestre de 2018, um em cada quatro desocupados já se encontrava nesta situação há pelo menos dois anos (gráfico 6). Em contrapartida, a proporção de desempregados cujo tempo de procura é inferior a um mês recuou pelo terceiro trimestre consecutivo: esse fato sugere uma diminuição no ritmo das contratações. O gráfico 5 provê uma evidência nesse sentido ao revelar uma tendência de queda no fluxo de trabalhadores que transitam, entre dois trimestres consecutivos, do desemprego para a ocupação.

**GRÁFICO 5**  
Transição dos trabalhadores desocupados  
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 6**  
Proporção de trabalhadores desocupados por tempo  
de procura  
(Em pontos percentuais)



Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 2 Análise dos dados desagregados e de transição

Partindo-se para uma análise mais desagregada, os microdados da PNAD Contínua trimestral indicam que, à exceção do grupo de trabalhadores mais idosos, houve um recuo do desemprego em todos os demais segmentos pesquisados, seja na comparação do terceiro trimestre com o período imediatamente anterior, seja na comparação interanual, como mostra a tabela 1. Em termos regionais, o destaque fica por conta da melhora do emprego no Centro-Oeste e no Sudeste, refletindo uma queda 2,7 p.p. e 2,6 p.p. nas taxas de desemprego em Mato Grosso e em Minas Gerais, respectivamente, na comparação interanual (anexo A.1). Já entre os diferentes perfis de trabalhadores, em termos relativos, o recuo da desocupação, ante o mesmo trimestre do ano anterior, foi maior entre os homens, na população com idade entre 40 e 59 anos, com ensino fundamental completo, não chefes de família e residentes em áreas não metropolitanas.

TABELA 1  
Taxa de desemprego  
(Em %)

	2016		2017				2018		
	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Brasil	11,8	12,0	13,8	13,0	12,4	11,8	13,1	12,4	11,9
Centro Oeste	10,0	10,9	12,1	10,6	9,7	9,4	10,5	9,5	8,9
Nordeste	14,1	14,4	16,3	15,9	14,8	13,8	15,9	14,8	14,4
Norte	11,4	12,7	14,2	12,5	12,2	11,3	12,7	12,1	11,5
Sudeste	12,3	12,3	14,2	13,6	13,2	12,6	13,8	13,2	12,5
Sul	7,9	7,7	9,3	8,4	7,9	7,7	8,4	8,2	7,9
Masculino	10,5	10,7	12,2	11,5	11,0	10,5	11,6	11,0	10,5
Feminino	13,5	13,8	15,8	14,9	14,2	13,2	15,0	14,2	13,6
18 a 24 anos	25,7	25,9	28,8	27,3	26,5	25,3	28,1	26,6	25,8
25 a 39 anos	10,9	11,2	12,8	12,0	11,3	10,8	11,9	11,5	11,0
40 a 59 anos	6,7	6,9	7,9	7,6	7,4	7,0	7,8	7,5	6,9
Mais de 60 anos	3,6	3,4	4,6	4,5	4,3	4,2	4,6	4,4	4,5
Não de Chefe Família	15,8	16,0	18,1	17,1	16,4	15,3	17,2	16,3	15,6
Chefe de Família	7,0	7,2	8,4	7,9	7,6	7,4	8,1	7,8	7,3
Fundamental Incompleto	10,5	11,3	12,3	12,0	11,4	10,9	12,0	11,4	11,0
Fundamental Completo	13,4	13,4	15,2	15,0	14,8	13,6	14,8	13,8	13,5
Médio Incompleto	21,4	22,0	24,2	21,8	21,0	20,4	22,0	21,1	20,9
Médio Completo	13,2	13,2	15,5	14,6	14,0	13,0	14,9	14,0	13,2
Superior	7,8	7,6	9,2	8,3	7,9	7,8	8,7	8,4	7,8
Região Metropolitana	13,5	13,5	14,9	14,7	14,1	13,7	14,7	14,4	13,8
Não Região Metropolitana	10,5	10,9	12,9	11,7	11,2	10,3	11,9	10,9	10,4

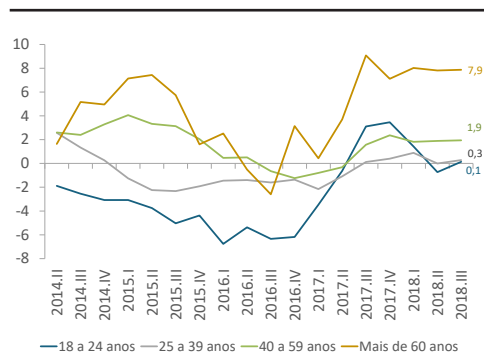
Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A análise da desocupação por idade indica que, assim como já vem ocorrendo nos últimos trimestres, a queda na taxa de desemprego da população mais jovem é explicada muito mais pela retração da força de trabalho do que pela expansão da ocupação, como indicam os gráficos 7 e 8. No terceiro trimestre do ano, na comparação interanual, enquanto a PEA deste segmento recuou 0,8%, a população ocupada expandiu-se apenas 0,1%, registrando a menor taxa de crescimento entre todas as faixas etárias. Em contrapartida, mesmo com o aumento de 7,9% no contingente de ocupados com mais de 60 anos, a taxa de desocupação deste segmento avançou 0,2 p.p., influenciada pelo crescimento de 8,1% da sua força de trabalho.

Os microdados de transição corroboram este cenário de uma situação desfavorável para os trabalhadores mais jovens. Os gráficos 9 e 10 mostram que esta parcela da população, se desocupada, possui a menor probabilidade de ser contratada, e se ocupada, tem a maior chance de ser demitida. No entanto, é interessante notar que há sinais alentadores para os jovens em ambas as dimensões a partir do primeiro trimestre de 2017; quando o fluxo de saída

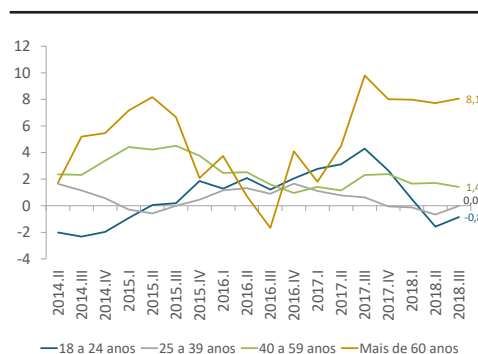
do desemprego para a ocupação para de cair (gráfico 9) e o fluxo inverso para de subir (gráfico 10). No terceiro trimestre, não apenas recuou a parcela dos trabalhadores desempregados mais jovens que conseguiram uma ocupação (gráfico 9), como também aumentou a proporção deste segmento no total dos que eram ocupados e perderam seus empregos (gráfico 10).

**GRÁFICO 7**  
**População Ocupada - Por faixa etária**  
(Variação interanual, em %)



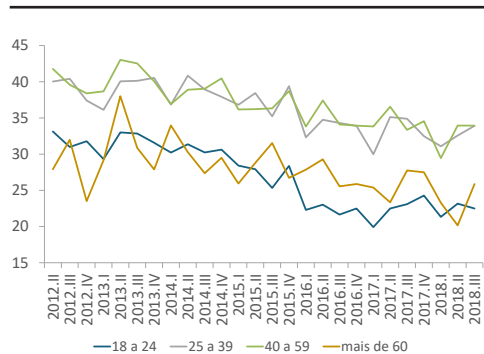
Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 8**  
**População Economicamente Ativa - Por faixa etária**  
(Variação interanual, em %)



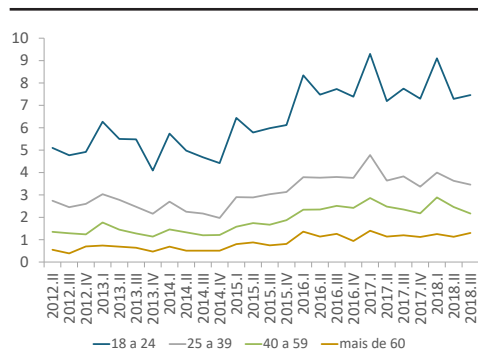
Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 9**  
**Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação - Por faixa etária**  
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 10**  
**Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego - Por faixa etária**  
(Em %)

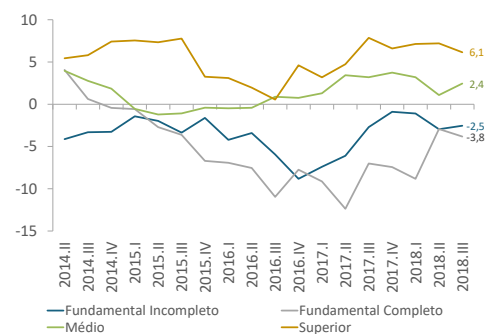


Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Análise semelhante feita pela ótica da escolaridade aponta que, mesmo diante de uma queda na ocupação (gráfico 11), há uma desaceleração na taxa de desemprego dos trabalhadores menos qualificados, tendo em vista uma retração ainda maior da força de trabalho nestes segmentos (gráfico 12). De acordo com a PNAD Contínua, no terceiro trimestre de 2018, na comparação com o mesmo período de 2017, a PO dos indivíduos com ensino fundamental incompleto e completo retraiu-se 2,5% e 3,8%, respectivamente, enquanto a queda observada na PEA foi de 3,0% e 5,2%. Na outra ponta,

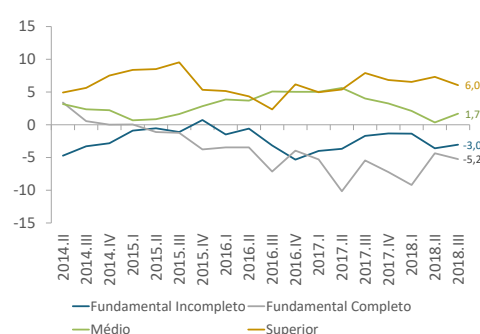
a ocupação dos trabalhadores com nível superior expandiu-se 6,1%, o que não gerou recuo significativo da taxa de desemprego, já que a PEA deste contingente avançou 6,0%.

**GRÁFICO 11**  
**População ocupada - Por grau de instrução**  
(Variação interanual, em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

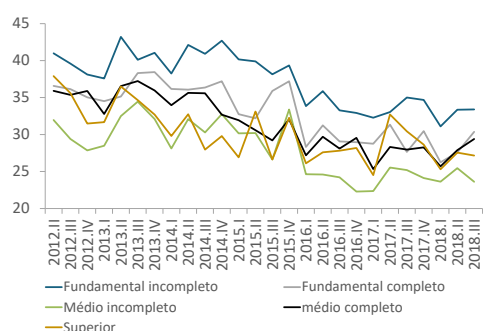
**GRÁFICO 12**  
**População economicamente ativa - Por grau de instrução**  
(Variação interanual, em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

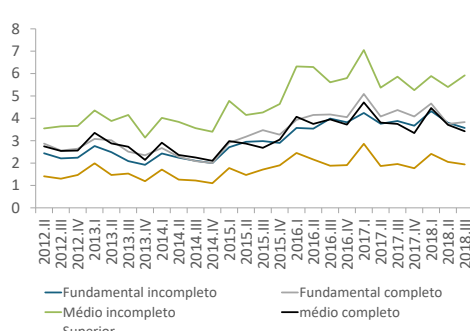
Como consequência desse aumento da mão de obra mais qualificada, os segmentos com maior nível educacional são aqueles em que não só estão as maiores probabilidades de saída do desemprego (gráfico 13), como também as menores chances de perda de ocupação (gráfico 14). Deve-se ressaltar, no entanto, que o avanço da força de trabalho mais escolarizada e a retração da força de trabalho menos escolarizada reflete uma mudança estrutural da PIA, tendo em vista que a população brasileira tem se tornado cada vez mais educada, seja permanecendo mais tempo no ensino fundamental e básico, seja por meio do maior acesso às universidades.

**GRÁFICO 13**  
**Proporção de desocupados que transitaram para a ocupação**  
(Por grau de instrução, em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 14**  
**Proporção de ocupados que transitaram para o desemprego**  
(Por grau de instrução, em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

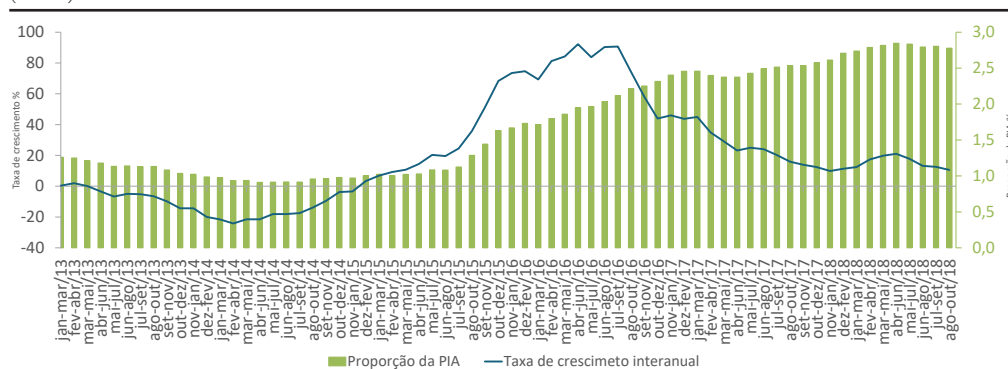
### 3 Desalento e outras formas de subutilização do trabalho



Não obstante ao fato de que a lenta retomada do nível de atividade vem impedindo uma queda mais rápida da taxa de desocupação, a manutenção do desalento e da subocupação em patamares elevados reforçam um cenário de emprego ainda desfavorável.

Conforme vem sendo pontuado nos números anteriores da *Carta de Conjuntura*, a evolução do grupo fora da força de trabalho por motivos associados ao desalento<sup>1</sup> apresenta trajetória de crescimento, embora os dados, na margem, indiquem uma leve desaceleração. De acordo com a PNAD Contínua, no trimestre móvel encerrado em outubro, o número de desalentados na economia brasileira chegou a 4,73 milhões, o que representa um aumento de 10,6% em relação ao observado no mesmo período de 2017. Em que pese este resultado ainda ruim, a taxa de crescimento interanual do número de desalentados vem recuando nos últimos trimestres (gráfico 15). Nessa mesma direção, a porcentagem de desalentados, em relação ao total da PIA, recou levemente em outubro, apesar de ainda estar em nível bem acima do observado nos períodos anteriores à crise econômica.

GRÁFICO 15  
Desalentados - Taxa de crescimento interanual e Proporção em relação à PIA  
(Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Deve-se destacar, entretanto, que esta pode indicar uma mudança na estrutura da inatividade. Observa-se que ao longo dos últimos trimestres vem caindo a proporção dos inativos que não gostariam de trabalhar, em relação à PIA (gráfico 16). Em contrapartida, a proporção de inativos que passaram a mostrar interesse em retornar ao mercado de trabalho vem aumentando. Nota-se que esta alta da participação de inativos que gostariam de trabalhar ocorre nos dois subgrupos, ou seja, tanto nos que saíram da PEA por conta

<sup>1</sup> Tal como o IBGE, consideramos como motivos associados ao desalento as seguintes categorias de respostas à pergunta sobre a razão de o indivíduo não ter buscado emprego na semana de referência: i) não conseguia trabalho adequado; ii) não tinha experiência profissional ou qualificação; iii) por ser considerado muito jovem ou muito idoso; e iv) não havia trabalho na localidade.

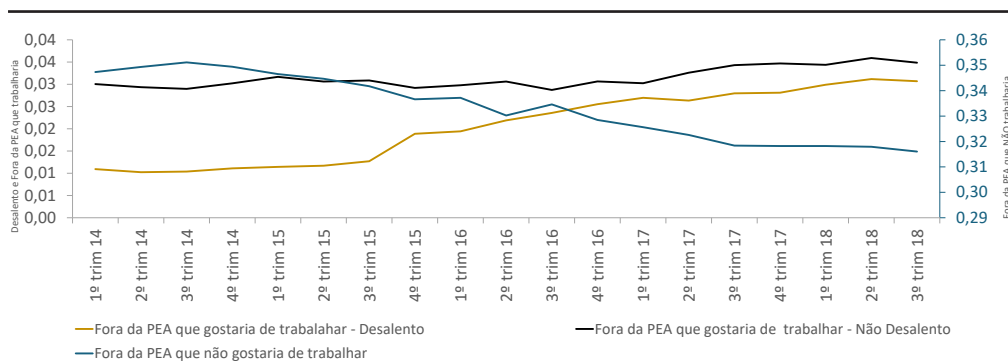


do desalento, quanto dos que optaram por deixar o mercado de trabalho devido a outros motivos.



GRÁFICO 16

Proporção de trabalhadores fora da PEA em relação ao total da PIA – por tipo de aspiração pelo trabalho

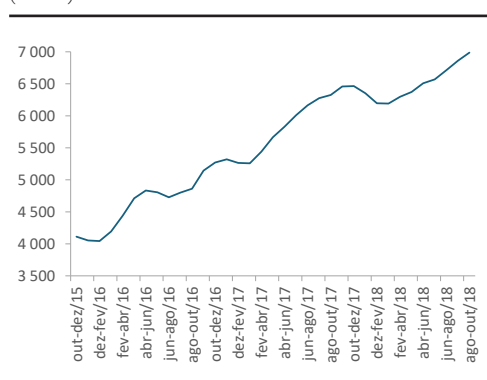


Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em relação à subocupação por insuficiência de horas trabalhadas, vem crescendo o contingente de ocupados que trabalham menos de quarenta horas semanais, mas que estão disponíveis e/ou gostariam de trabalhar mais. No último trimestre móvel, encerrado em outubro, quase 7 milhões de trabalhadores estavam nessa condição (gráfico 17), o que corresponde a um aumento de 10,4% na comparação interanual. Com esse resultado, a taxa combinada de desocupação e subocupação manteve-se estável na margem, e levemente acima da observada em 2017 (gráfico 18), reforçando a visão de que uma melhora mais significativa do mercado de trabalho necessita de uma aceleração maior do nível de atividade econômica, não apenas gerando novas vagas, mas também absorvendo este contingente de subocupados.

GRÁFICO 17

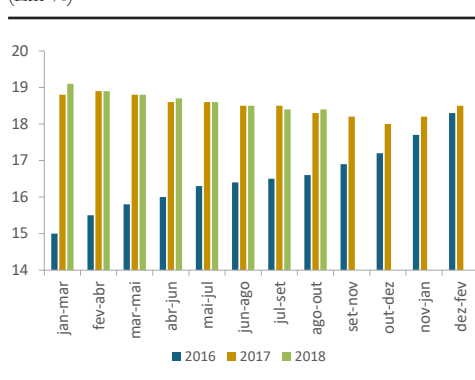
Taxa combinada de desocupação e subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 18

Ocupação por tipo de vínculo - Taxa de variação interanual (Em %)



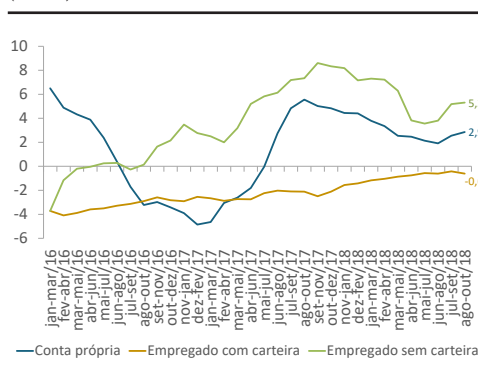
Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Ainda dentro deste escopo da subocupação, os dados de transição mostram que vem crescendo a parcela dos subocupados no total dos ocupados que estão migrando para a inatividade, independentemente do motivo alegado. Segundo os microdados da PNAD Contínua, no primeiro trimestre de 2016, entre os ocupados que transitaram para a inatividade por diversos motivos, excluindo-se o desalento, 20,2% estavam subocupados. No terceiro trimestre de 2018, essa porcentagem avançou para 27,6%. De modo análogo, a proporção de subocupados no total de ocupados que transitaram para a inatividade por conta do desalento saltou de 27,8% em 2016 para 35,1% em 2018.

## 4 Grau de formalidade

Assim como vem ocorrendo nas últimas divulgações, os dados mais recentes da PNAD Contínua ratificam que a trajetória de melhora da ocupação no mercado de trabalho brasileiro é decorrente, sobretudo, da expansão do emprego sem carteira e do contingente de trabalhadores por conta própria. No último trimestre móvel, encerrado em outubro, o número de empregados sem carteira assinada avançou 2,9%, enquanto o conjunto dos que trabalham por conta própria apontou alta de 5,2% (gráfico 19). Na desagregação do segmento conta própria, as estatísticas mostram que, embora a grande maioria, cerca de 80%, desses trabalhadores esteja na informalidade, recentemente vem crescendo o número de ocupados nessa categoria que possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Em 2018, enquanto o número de trabalhadores por conta própria sem CNPJ aumentou 1,7%, os registrados cresceram 7,1%.

GRÁFICO 19  
Ocupação por tipo de vínculo – taxa de variação interanual  
(Em %)



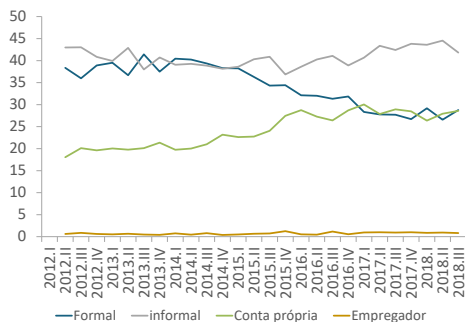
Fonte: IBGE/Pnadc.  
Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

Deve-se destacar que, embora a população ocupada com carteira ainda apresente retração, esta vem se tornando cada vez menos intensa, sinalizando que o emprego formal vem sofrendo menos com a falta de dinamismo nos últimos trimestres. Adicionalmente, as estatísticas de transição da PNAD Contínua também corroboram essa melhora do mercado de trabalho formal. De fato, há alguns trimestres nota-se que não apenas vem aumentando a proporção de desocupados que conseguem uma vaga com carteira assinada (gráfico 20), como também vem recuando sistematicamente

te a participação de trabalhadores oriundos do setor formal que perdem as suas ocupações, transitando para o desemprego (gráfico 21).

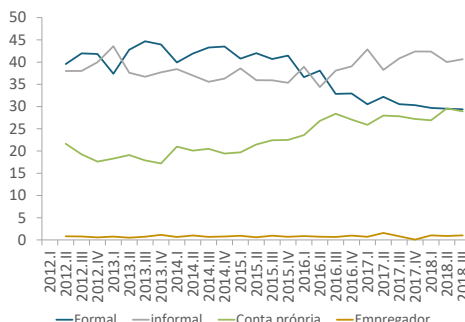


**GRÁFICO 20**  
**Proporção de desocupados que obtiveram uma ocupação - Por vínculo**  
 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

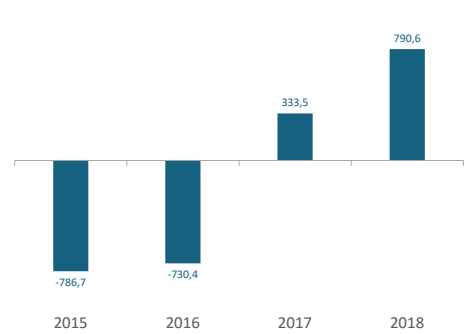
**GRÁFICO 21**  
**Proporção de ocupados que perderam sua ocupação - Por vínculo**  
 (Em %)



Fonte: IBGE/Pnad.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

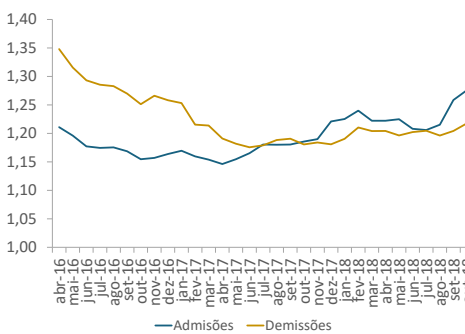
Enquanto a PNAD Contínua indica uma recuperação ainda lenta do emprego formal, os dados Caged, que são baseados em registros administrativos do Ministério do Trabalho, revelam um aumento mais vigoroso do número de trabalhadores com carteira assinada – o box 1 analisa em detalhes os dados do Caged. No acumulado do ano, até outubro, na série com ajuste, o país gerou mais de 790 mil novas vagas de trabalho formais, o que vem a ser mais que o dobro do observado neste mesmo período do ano anterior (333 mil). Na comparação com 2015 e 2016, o resultado é ainda mais surpreendente, tendo em vista que a forte crise econômica levou à destruição de mais de 1,5 milhão de empregos (gráfico 22). Os dados desagregados do Caged mostram que esta expansão da ocupação formal vem ocorrendo pela combinação de aumento do número de contratações e queda no contingente de demissões (gráfico 23).

**GRÁFICO 22**  
**Caged - Saldos acumulados entre janeiro a outubro**  
 (Em milhares de unidades)



Fonte: Caged/MTE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

**GRÁFICO 23**  
**Caged - Saldos mensais dessazonalizados - média móvel trimestral**  
 (Média móvel trimestral - em mil unidades)



Fonte: Caged/MTE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## BOX 1

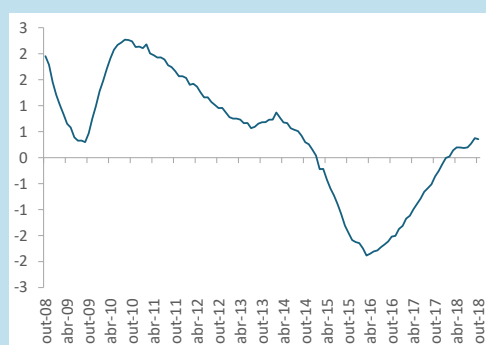
### CAGED: A evolução recente do emprego formal no país

A análise do mercado de trabalho formal no Brasil com base nos dados do Caged revela que, ao longo da última década, após um período de breve recuperação, a geração de empregos com carteira no país iniciou um processo de desaceleração que culminou com um forte movimento de destruição de vagas em 2016, quando os efeitos da recessão brasileira se tornaram ainda mais intensos, conforme mostra o gráfico 24.

Nos últimos meses, entretanto, observa-se um maior dinamismo no mercado de trabalho brasileiro. De fato, os dados do Ministério do Trabalho revelam que desde o segundo semestre de 2017 o setor formal vem contratando mais trabalhadores do que demitindo, possibilitando uma expansão do número de vagas com carteira assinada (gráfico 25).

GRÁFICO 24

**CAGED – Saldos acumulados em 12 meses**  
(Em milhões de unidades)



Fonte: Caged/MTE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 25

**CAGED – Saldos mensais dessazonalizados**  
(Em milhares de unidades)

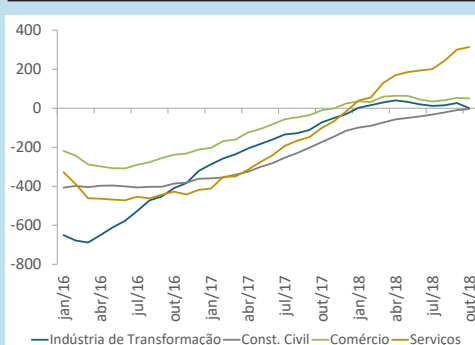


Fonte: Caged/MTE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

A desagregação dos dados do Caged, no entanto, mostra que esta melhora no comportamento do emprego formal vem se dando de modo diferente tanto em termos setoriais quanto regionais. Em relação aos dados setoriais, observa-se que, apesar de apresentar trajetórias semelhantes, o ritmo de criação de novas vagas de trabalho entre os quatro principais segmentos empregadores do país registra intensidades distintas (gráfico 26). Por certo, verifica-se que, na

GRÁFICO 26

**CAGED: Setores Selecionados – Saldos acumulados em 12 meses**  
(Em milhares de unidades)



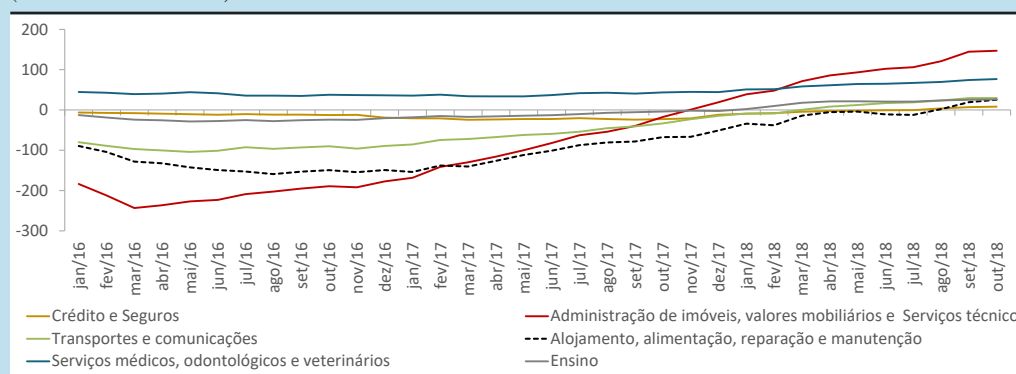
Fonte: Caged/MTE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

margem, enquanto o setor de serviços e a construção mantêm uma dinâmica de aceleração, o comércio e a indústria apontam relativa estabilidade.

No caso dos serviços, as estatísticas do Caged mostram que, nos últimos doze meses, encerrados em outubro, este setor gerou 313 mil novas vagas de emprego formal, o que corresponde a 88% do total de empregos criados no país neste período. Esta expansão da ocupação neste segmento vem fazendo com que o setor de serviços se consolide cada vez mais como o principal empregador de mão de obra formal no Brasil. De janeiro de 2013 a outubro de 2018, a porcentagem de trabalhadores com carteira assinada que estão alocados no setor de serviços avançou de 41,6% para 44,5%.

Na abertura por subsetores, observa-se que esta expansão do emprego no setor de serviços vem sendo possibilitada, sobretudo, pela criação de novas vagas nos segmentos “administração de imóveis e valores, serviços mobiliários e técnicos” e “serviços médicos, odontológicos e veterinários” (gráfico 27). Enquanto no primeiro caso foram abertos 147 mil postos de trabalho nos últimos doze meses, no segundo caso, a geração foi de 77 mil novos postos, o que representa 71% de todas as vagas criadas no setor.

GRÁFICO 27  
**CAGED: Serviços- Subsetores – Saldos acumulados em 12 meses**  
 (Em milhares de unidades)

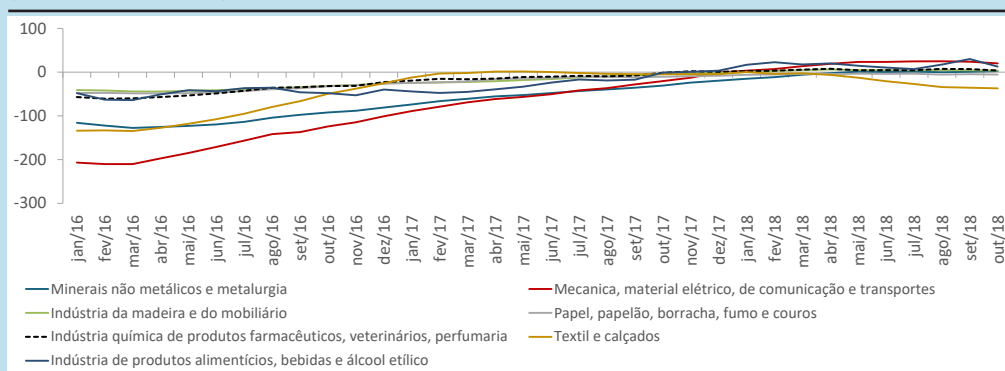


Fonte: Caged/MTE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Em contrapartida, a indústria de transformação vem perdendo participação no mercado de trabalho brasileiro. Em janeiro de 2013, do total de pessoas empregadas no mercado formal, 21% estavam alocadas no setor industrial, já em outubro de 2018, esta proporção recuou para 18%. Não obstante ao fato de que, mesmo antes da recessão, a indústria já vinha perdendo espaço na composição do emprego, com a crise este processo degradou-se ainda mais. De fato, juntamente com a construção civil, o setor industrial foi o mais penalizado, com destruição de vagas em diversos meses entre 2015

e 2016. Mais recentemente, nota-se que, embora em recuperação, o ritmo de crescimento do emprego industrial vem perdendo intensidade. Na desagregação por subsetores, os dados mostram que, na margem, todos os segmentos da indústria de transformação apontam desaceleração nos seus saldos de criação de vagas em doze meses, com destaque negativo para o subgrupo “têxtil, vestuário e calçados”, com uma destruição de 37 mil postos de trabalho (gráfico 28). Todavia, o setor “mecânica, material elétrico, de comunicação e transporte” é o que apresenta maior ritmo de recuperação. No acumulado em doze meses, verifica-se que, após registrar uma perda superior a 200 mil vagas de trabalho no início de 2016, este segmento vem retomando seu dinamismo, de modo que, em outubro de 2018, já apresentou um saldo de 20 mil novos empregos.

GRÁFICO 28  
**CAGED: Indústria de Transformação - Subsetores – Saldos acumulados em 12 meses**  
 (Em milhares de unidades)



Fonte: Caged/MTE.  
 Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Por fim, em relação ao comércio e à construção civil, os dados apontam que, a despeito de apresentarem uma trajetória de crescimento nos seus saldos de empregos criados em doze meses, a intensidade deste movimento vem se modificando no período recente. Enquanto o comércio mostra resultados positivos, porém praticamente estáveis, a construção civil, mesmo ainda estando em terreno negativo, vem expandindo sua ocupação mês a mês. Por certo, de janeiro a outubro de 2018, a construção civil já mostra um saldo líquido positivo, ou seja, foram abertas quase 71 mil vagas de trabalho, mostrando uma forte recuperação quando comparada ao mesmo período de 2017, quando foram fechadas 40 mil postos de trabalho.

Assim como ocorre setorialmente, os dados do Caged revelam que a criação de empregos entre as unidades da federação também se dá de forma distinta. De acordo com o gráfico 29, pontua-se que, a partir do segundo trimestre de 2018, todas as regiões do país registram saldos positivos de criação de

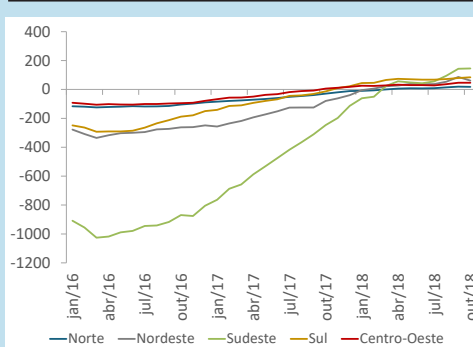
empregos em doze meses, com destaque para a região Sudeste. De fato, de novembro de 2017 a outubro de 2018, foram gerados aproximadamente 146 mil novos postos de trabalho na região Sudeste, ratificando uma mudança forte de trajetória, tendo em vista que, no início de 2016, a destruição de vagas em doze meses, nesta região, ultrapassava a marca de 1 milhão.

Na desagregação por estados, verifica-se que a melhora do emprego na região Sudeste veio da abertura de novas vagas de trabalho em São Paulo. Após encerrar 2017 com um saldo negativo de 24 mil postos, o estado de São Paulo iniciou um processo de criação de empregos de tal forma que, nos últimos doze meses encerrados em outubro, houve a criação de 81 mil vagas. Todavia, a trajetória ruim do emprego formal no Rio de Janeiro, cujo saldo em doze meses mostra fechamento de 14 mil vagas, limitou um desempenho ainda melhor desta região. Em relação às demais Unidades da Federação, nota-se que, além do Rio de Janeiro, apenas o Acre e Mato Grosso do Sul ainda apresentam destruição de empregos nos últimos doze meses, com saldos negativos de 770 e 2.770 vagas, respectivamente.

Por fim, os dados do Caged indicam que, em outubro de 2018, mais da metade dos trabalhadores com carteira assinada no país residiam no Sudeste (gráfico 30). As regiões Sul e Nordeste empregavam, respectivamente, 18,6% e 16,3%, enquanto as ocupações no Centro-Oeste e no Nordeste correspondiam a 8,4% e 4,5% do total de empregados formais.

GRÁFICO 29

**CAGED: Regiões – Saldos acumulados em 12 meses**  
(Em milhares de unidades)

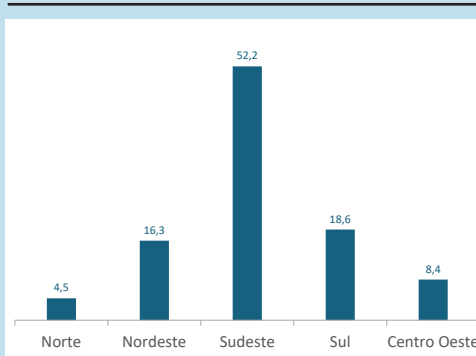


Fonte: Caged/MTE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 30

**CAGED: Participação das regiões no total da ocupação formal**  
(Em %)



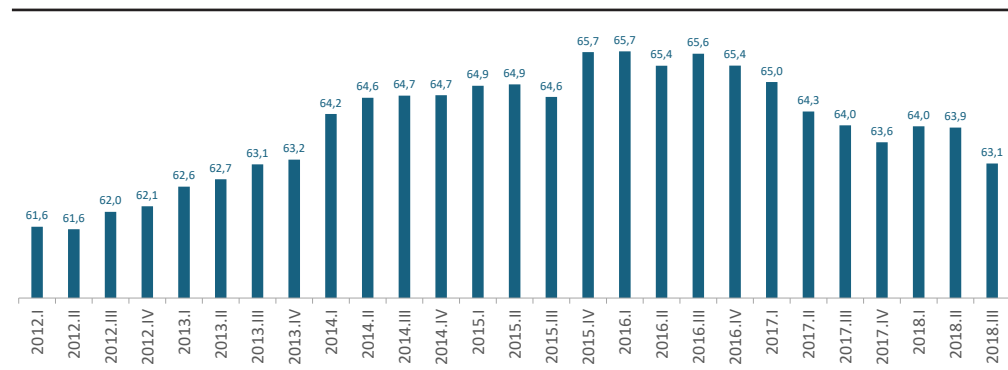
Fonte: Caged/MTE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Partindo-se da constatação de que o emprego formal, medido pela PNAD Contínua, ainda não mostra sinais de expansão, observa-se que, embora nos últimos trimestres tenha aumentado a participação de trabalhadores sem

carteira e por conta própria que contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o nível de formalização da economia brasileira vem se mantendo em patamar bem inferior aos observados no biênio 2015/2016 (gráfico 31). Na média de 2018, enquanto os empregados com carteira recuaram 2,0%, os trabalhadores sem carteira e os por conta própria que recolhem contribuições à previdência avançaram 3,2% e 1,4%, respectivamente.

GRÁFICO 31  
**Percentual de ocupados que contribuem para a previdência social**  
 (Em %)



Fonte: IBGE/PNADC.  
 Elaboração: Grupo de conjuntura da Dimac/Ipea.

## 5 Emprego setorial

Assim como exposto no box 2 sobre o mercado de trabalho formal, os dados da PNAD Contínua corroboram um cenário de emprego setorial marcado pela expansão do emprego no setor serviços; pela recuperação da construção civil e pela perda de dinamismo do comércio e da indústria de transformação.

De acordo com a tabela 2, verifica-se que, à exceção dos serviços de transporte e correios, que registram queda de 0,3% na comparação interanual no último trimestre, todos os demais segmentos do setor de serviços apontam taxas de expansão da ocupação positivas, com destaque para os subgrupos saúde e educação, e outros serviços, com altas de 4,7% e 8,9%, respectivamente. No caso da indústria, nota-se que, embora a ocupação neste setor tenha crescido 0,3% no terceiro trimestre, esta porcentagem vem desacelerando ao longo do ano, indicando uma atividade industrial mais moderada em 2018.

De modo semelhante, a atividade no setor do comércio também começa a dar sinais de acomodação, tendo em vista que no terceiro trimestre a população ocupada neste segmento manteve-se praticamente estável. Em relação à construção civil, destaca-se que, apesar de ainda apresentar recuo no total



de ocupados, este segmento vem desacelerando significativamente as suas taxas de contração do emprego, indicando uma retomada do dinamismo no setor, que, de fato, já aparece nos dados do Caged.

TABELA 2  
PNADC - População ocupada por setores  
(Taxa de ocupação interanual, em %)

	1º Trim-17	2º Trim-17	3º Trim-17	4º Trim-17	1º Trim-18	2º Trim-18	3º Trim-18
Agricultura	-8,0	-8,1	-4,4	-5,1	-2,3	-1,8	1,6
Indústria de transformação	-2,9	0,8	2,1	4,6	2,0	1,2	0,3
Construção civil	-9,5	-9,2	-3,8	-1,9	-4,1	-2,5	-1,2
Comércio	-1,3	0,0	2,4	1,2	1,5	-0,1	0,1
Administração pública	-3,1	-3,1	-2,9	-5,3	1,6	0,4	-0,1
Transporte e Correios	10,3	2,9	2,6	-1,0	2,3	0,6	-0,3
Alojamento e Alimentação	11,0	12,9	12,0	8,7	5,7	2,6	2,6
Intermediação financeira, Imobiliária e Serviços à empresas	2,5	1,4	5,1	4,2	1,3	0,9	1,1
Saúde e Educação	-1,4	-0,4	2,0	2,9	3,8	5,2	4,7
Outros serviços	2,1	7,8	5,0	8,7	10,4	6,0	8,9
Serviços domésticos	-2,9	-2,9	0,4	4,2	2,5	1,6	0,8

Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Na abertura setorial por vínculo empregatício, a pesquisa do IBGE mostra que, dos treze setores da economia expostos na tabela 3, apenas quatro deles – agricultura, extrativa mineral, serviços pessoais e serviços de educação e saúde – apresentaram expansão do emprego com carteira no terceiro trimestre de 2018. Em contrapartida, a ocupação sem carteira avançou em onze dos setores pesquisados, enquanto os trabalhadores por conta própria se expandiram em oito segmentos.

TABELA 3  
PNAD Contínua: PO por setores e posição na ocupação (terceiro trimestre de 2018)  
(Taxa de variação interanual – em %)

	Taxa de variação interanual (%)		
	Com Carteira	Sem Carteira	Conta Própria
TOTAL	-0,4	3,8	2,6
Agricultura	1,5	5,2	-2,2
Indústria Transformação	-1,0	0,3	8,5
Indústria Extrativa	1,2	7,6	34,2
SIUP	-7,8	-15,4	7,6
Construção Civil	-6,8	1,9	-0,3
Comércio	0,0	0,1	-1,5
Intermediação Financeira, Imobiliária e Serviços à empresas	-0,6	14,6	0,4
Transporte	-4,1	-5,8	7,6
Serviços Pessoais	2,6	14,2	9,6
Administração Pública	-0,3	1,2	---
Saúde e Educação	2,6	9,6	11,1
Alojamento e Alimentação	-3,2	4,1	5,9
Serviços Domésticos	-1,2	1,6	---

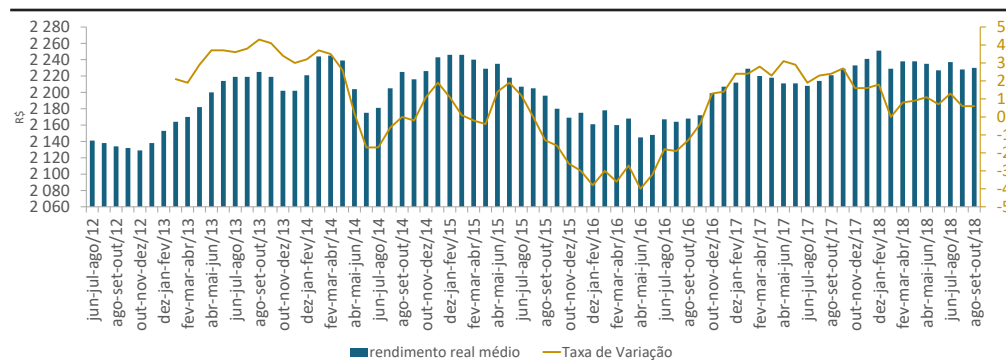
Fonte: IBGE/Pnad.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## 6 Rendimentos



Ao longo do ano, os rendimentos reais vêm mantendo uma trajetória de crescimento, ainda que em intensidade menor que a observada em 2017. De acordo com os dados da PNAD Contínua, no trimestre móvel, encerrado em outubro, o rendimento médio real habitualmente recebido apontou alta de 0,5% na comparação com o mesmo período do ano anterior, como mostra o gráfico 32.

GRÁFICO 32  
PNAD Contínua – rendimento médio real  
(Valor absoluto e taxa de variação interanual)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Se a média dos rendimentos do trabalho não mostra sinais de deterioração, o mesmo não se pode afirmar para a forma como esses rendimentos são distribuídos. O gráfico 33 mostra a evolução de dois índices de desigualdade computados para a análise dos rendimentos do trabalho reportados na PNAD Contínua. Tanto o índice de Gini quanto o índice de T de Theil reportam uma tendência de crescimento da desigualdade nos últimos dois anos.

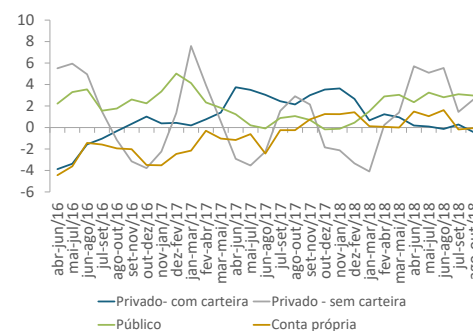
Na abertura por vínculo de ocupação, excluindo-se os empregadores, os dados da PNAD Contínua revelam que apenas o setor privado com carteira (2,6%) e o setor público (3,0%) apresentaram expansão real de rendimentos no último trimestre móvel encerrado em outubro (gráfico 34). O destaque negativo ficou por conta do setor privado com carteira, cujos rendimentos apontaram retração de 0,5%, o que vem a ser o pior resultado na comparação interanual desde o trimestre julho-agosto-setembro de 2016. Em relação aos rendimentos dos trabalhadores por conta própria, nota-se que, apesar de apresentarem certa estabilidade na margem (-0,1%), há um claro movimento de desaceleração quando comparado ao passado recente.

**GRÁFICO 33**  
Indicadores de desigualdade do rendimento habitual de todos os trabalhos



Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac e Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea.

**GRÁFICO 34**  
PNAD Contínua – rendimento médio real – por tipo de vínculo  
(Taxa de variação interanual – em %)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE.  
Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

## BOX 2

### Aprofundando o olhar para a tendência recente da desigualdade salarial

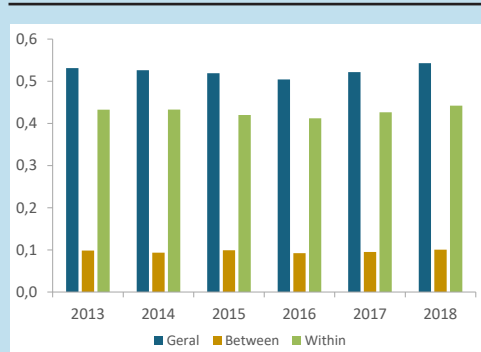
O aumento recente da desigualdade salarial relatado no gráfico 33 inspira uma análise mais detalhada sobre seus determinantes, principalmente se esse movimento vier a ser confirmado nos próximos trimestres. Esse box tem o intuito de apontar direções mais promissoras para esse tipo de análise.

Para esse fim, faremos uso de uma propriedade do índice T de Theil que pode ser decomposto para mostrar a desigualdade entre e intragrupos da população em questão. Dado que a análise em seções anteriores (e também em números anteriores dessa publicação) mostra evoluções distintas para o emprego e o rendimento dos trabalhadores de acordo com seu status de formalização desde 2017, acreditamos ser interessante aplicar a referida decomposição agrupando os trabalhadores de acordo com as respectivas posições na ocupação.<sup>2</sup>

O gráfico 35 mostra as médias anuais para o índice T de Theil e seus dois componentes. É bem nítido que a parcela majoritária da desigualdade salarial se deve à desigualdade no interior das posições na ocupação. Esse componente intragrupos registra valores acima de 0,4 em todos os anos, enquanto que o valor agregado do índice permanece sempre próximo de 0,5. O componente entregrupos, além de apresentar menor magnitude, também parece ter contribuído menos para o crescimento recente da desigualdade.

<sup>2</sup> Usamos os seguintes grupos definidos a partir da ocupação principal: empregado com carteira, servidor público, empregado sem carteira, trabalhador por conta própria, empregador, e não remunerado.

GRÁFICO 35  
Média anual do Índice T de Theil para desigualdade salarial e seus componentes



Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac e Disoc/Ipea.

GRÁFICO 36  
Variação anual média do Índice T de Theil para desigualdade salarial e seus componentes



Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac e Disoc/Ipea.

Esse aspecto pode ser visualizado de forma mais nítida no gráfico 36, que traz a média da variação anual do índice T de Theil e dos dois componentes aqui analisados. A primeira coisa a destacar é que parece ter havido de fato uma mudança de padrão após 2016, porque, até esse ano, as variações na desigualdade eram sempre negativas. Os anos de 2017 e 2018, por sua vez, registram variações positivas para a desigualdade, na ordem de 0,017 e 0,021 respectivamente. Nesses anos, a variação do componente intragrupos registra 0,014 e 0,016 respectivamente, confirmando a importância relativa desse componente para explicar a subida recente da desigualdade.

Em suma, os resultados aqui expostos indicam que as trajetórias diversas de emprego e rendimento por posição na ocupação não parece ter sido muito relevante para o aumento recente na desigualdade salarial. O fator mais importante para esse aumento está relacionado com aumentos na desigualdade dentro de cada posição na ocupação. Vale dizer que uma inspeção na trajetória do índice T de Theil computado para cada uma das posições na ocupação revela que os maiores aumentos na desigualdade estão associados às posições associadas à informalidade: empregados sem carteira e trabalhadores por conta própria. Uma análise mais detida nos rendimentos desses grupos nos parece um caminho promissor para uma maior compreensão do movimento recente de aumento da desigualdade salarial.

Na desagregação salarial por diferentes recortes, os microdados mostram que, de uma maneira geral, todos os segmentos apontam alta de rendimentos reais (tabela 4). Em termos regionais, no terceiro trimestre de 2018, as maiores expansões ocorreram no Nordeste e no Sudeste, com taxas de 3,2% e 1,7%, respectivamente. O corte por gênero revela que, pela primeira vez,



desde o primeiro trimestre de 2017, os rendimentos recebidos pelas mulheres apresentou variação superior à registrada pelos homens.



O detalhamento por idade e grau de instrução indica que, pelo terceiro trimestre consecutivo, os trabalhadores mais jovens e com ensino fundamental incompleto registram os piores resultados, com queda nos seus rendimentos reais. Ressalta-se também que, sob a ótica do ensino, apenas os empregados com ensino médio (completo ou não) apresentaram ganhos reais no terceiro trimestre de 2018. Em relação à idade, destaca-se ainda o excelente resultado dos rendimentos dos ocupados com mais de 60 anos, cuja taxa de expansão no último trimestre foi de 4,0%, seguida em menor intensidade pelos trabalhadores com idade entre 25 e 39 anos, cujos salários aumentaram em 2,2%. Por fim, as estatísticas da PNAD Contínua mostram que os chefes de família e os empregados nas regiões metropolitanas obtiveram, no terceiro trimestre de 2018, ganhos reais da ordem de 1,7% e 2,5%, respectivamente.

TABELA 4

**PNAD Contínua: rendimento médio real por dados desagregados**

(Taxa de variação interanual – em %)

	2016		2017				2018		
	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Centro-oeste	-1,6	0,4	2,5	2,4	1,4	3,5	2,7	1,0	0,6
Nordeste	-3,9	0,8	3,6	4,6	3,5	4,2	1,6	1,6	3,2
Norte	-3,8	-1,5	2,6	1,8	4,8	5,6	3,0	1,0	0,0
Sudeste	-2,1	-0,7	-1,0	0,0	0,1	0,0	0,2	3,0	1,7
Sul	-0,8	2,0	4,3	3,9	2,2	1,5	0,3	0,6	0,1
Masculino	-2,7	0,1	1,1	2,5	2,2	2,6	1,7	2,6	1,0
Feminino	-0,6	1,1	2,6	1,7	0,9	0,2	-0,4	1,5	2,3
18 a 24 anos	-2,9	-1,1	1,7	0,1	1,4	0,5	-1,2	-1,1	-2,7
25 a 39 anos	-2,4	1,1	1,2	1,7	0,9	1,2	1,0	1,1	2,2
40 a 59 anos	-3,1	-1,2	0,8	2,0	2,1	2,1	0,7	2,4	0,2
60 anos ou mais	1,0	0,1	2,0	3,4	0,4	0,1	0,9	2,5	4,0
Não Chefe de Família	1,9	4,3	4,9	4,4	3,4	2,0	-0,6	2,0	1,1
Chefe de Família	-4,1	-2,1	-0,6	0,7	0,6	1,7	2,2	2,3	1,7
Fundamental incompleto	-1,9	-1,3	1,9	3,0	1,7	1,2	0,6	-0,9	-1,2
Fundamental completo	-1,3	-0,9	-0,9	0,6	-0,5	-0,1	-0,3	-1,5	-1,2
Médio incompleto	-4,9	-1,5	3,6	2,4	3,8	5,0	3,2	0,7	0,2
Médio completo	-3,2	-2,1	0,3	-1,0	-2,3	-1,5	-1,5	0,0	0,2
Superior	-3,8	-1,6	-0,9	0,5	0,1	0,9	-1,1	0,3	-0,3
Região Metropolitana	-1,1	0,9	0,7	1,2	1,0	1,6	0,9	2,9	2,5
Não Região metropolitana	-2,8	-0,4	2,0	3,0	2,1	1,6	0,8	1,1	0,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Dentro deste contexto, o aumento dos rendimentos reais conjugado à elevação da população ocupada vem possibilitando uma expansão continuada da massa salarial real. Na comparação interanual, os dados apontam que no último trimestre móvel, encerrado em outubro, a massa de rendimentos real habitualmente recebida registra alta de 1,9% (gráfico 37). De forma similar ao corrido com os rendimentos reais, a taxa de variação da massa salarial também vem sendo amenizada pela saída da amostra do empregador de São Paulo, de tal modo que, com a exclusão deste entrevistado, a expansão da massa, no terceiro trimestre de 2018, avança de 2,2% para 3,0%.

## Anexo

TABELA A.1a

**Taxa de desocupação**  
(Em %)

UF	3º T. 2014	4º T. 2014	1º T. 2015	2º T. 2015	3º T. 2015	4º T. 2015	1º T. 2016	2º T. 2016	3º T. 2016	4º T. 2016
Rondônia	4,11	3,58	4,4	4,92	6,68	6,33	7,49	7,76	8,44	7,82
Acre	6,96	6,18	8,72	8,72	8,76	7,65	8,68	11,02	12,08	11,67
Amazonas	6,72	7,71	9,36	9,46	10,05	9,09	12,70	13,21	13,57	14,83
Roraima	6,27	6,31	8,9	7,77	9,3	8,07	8,27	7,98	9,71	9,22
Pará	7,18	6,98	9,17	8,94	8,42	8,61	10,03	10,86	10,96	12,67
Amapá	10,57	9,52	9,63	10,11	11,71	12,69	14,26	15,8	14,86	16,75
Tocantins	7,53	6,35	8,73	7,63	9,2	9,02	10,69	11,18	10,75	13,07
Maranhão	6,69	7,03	8,92	8,78	8,45	8,22	10,83	11,81	11,87	12,95
Piauí	6,10	5,93	7,7	7,66	7,63	7,18	9,56	9,88	9,38	8,83
Ceará	7,41	6,58	7,98	8,81	9,54	9,01	10,77	11,45	13,06	12,41
Rio Grande do Norte	10,54	10,36	11,48	11,57	12,65	12,16	14,35	13,47	14,12	14,67
Paraíba	9,21	8,07	9,15	9,07	10,3	9,51	10,03	10,7	12,77	11,94
Pernambuco	8,31	7,59	8,16	9,07	11,2	11,02	13,27	13,96	15,33	15,61
Alagoas	9,72	9,38	11,07	11,7	10,68	11,3	12,80	13,92	14,76	14,75
Sergipe	9,04	8,91	8,61	9,05	8,59	9,92	11,25	12,64	14,24	14,97
Bahia	9,74	9,74	11,31	12,72	12,83	12,18	15,52	15,38	15,91	16,64
Minas Gerais	6,85	6,24	8,24	7,85	8,63	9,29	11,15	10,93	11,2	11,11
Espírito Santo	5,79	6,05	6,92	6,62	8,15	9,07	11,05	11,5	12,72	13,6
Rio de Janeiro	6,13	5,78	6,55	7,2	8,23	8,53	10,01	11,38	12,11	13,44
São Paulo	7,22	7,08	8,45	8,99	9,57	10,12	11,96	12,18	12,78	12,41
Paraná	4,07	3,70	5,31	6,15	6,13	5,79	8,06	8,19	8,49	8,05
Santa Catarina	2,89	2,66	3,87	3,91	4,35	4,18	5,99	6,66	6,36	6,16
Rio Grande do Sul	5,17	4,50	5,63	5,88	6,85	6,51	7,48	8,72	8,24	8,25
Mato Grosso do Sul	4,03	3,77	6,1	6,22	6,27	5,93	7,78	6,97	7,66	8,16
Mato Grosso	3,74	3,97	5,65	6,16	6,62	5,66	9,09	9,8	8,95	9,49
Goiás	5,14	5,03	6,96	7,34	7,2	7,69	9,95	10,15	10,47	11,2
Distrito Federal	8,86	8,71	10,78	9,63	10,26	9,7	11,20	10,93	12	13,87

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.1b

**Taxa de desocupação**

(Em %)

UF	1º T. 2017	2º T. 2017	3º T. 2017	4º T. 2017	1º T. 2018	2º T. 2018	3º T. 2018
Rondônia	8,04	8,93	8,07	7,65	10,38	8,16	8,58
Acre	15,9	14,91	13,54	12,19	14,44	13,55	13,1
Amazonas	17,71	15,47	16	13,48	13,89	14,18	13,1
Roraima	10,34	10,84	8,91	9,35	10,31	11,22	13,48
Pará	13,81	11,39	11,12	10,65	12,18	11,18	10,9
Amapá	18,48	17,1	16,56	18,76	21,47	21,27	18,29
Tocantins	12,61	11,71	11,82	10,47	11,03	11,32	9,75
Maranhão	14,97	14,61	14,38	13,29	15,61	14,33	13,75
Piauí	12,58	13,52	12,03	13,28	13,17	13,33	12,31
Ceará	14,25	13,24	11,77	11,05	12,85	11,71	10,64
Rio Grande do Norte	16,33	15,62	13,7	12,25	14,91	13,14	12,78
Paraíba	13,21	11,43	10,78	10,05	11,73	10,95	10,75
Pernambuco	17,1	18,85	17,9	16,84	17,74	16,89	16,72
Alagoas	17,5	17,82	15,87	15,51	17,7	17,31	17,08
Sergipe	16,08	14,08	13,6	13,44	17,09	16,83	17,49
Bahia	18,56	17,48	16,69	14,99	17,94	16,51	16,16
Minas Gerais	13,67	12,17	12,28	10,64	12,62	10,79	9,73
Espírito Santo	14,45	13,35	12,99	11,6	12,52	12,03	11,23
Rio de Janeiro	14,51	15,65	14,48	15,07	15,04	15,37	14,58
São Paulo	14,23	13,5	13,24	12,71	13,95	13,64	13,09
Paraná	10,33	8,91	8,46	8,27	9,6	9,06	8,61
Santa Catarina	7,87	7,51	6,74	6,35	6,52	6,48	6,18
Rio Grande do Sul	9,14	8,42	8,05	7,98	8,51	8,32	8,17
Mato Grosso do Sul	9,78	8,86	7,91	7,3	8,45	7,55	7,19
Mato Grosso	10,47	8,62	9,38	7,33	9,28	8,51	6,72
Goiás	12,69	11,03	9,25	9,36	10,25	9,47	8,92
Distrito Federal	14,12	13,15	12,33	13,24	14,01	12,21	12,64

Fonte: IBGE/PNADC.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2 a

**PNADC – Indicadores do Mercado de Trabalho**

(Taxa de variação interanual, em %)

	PO									PEA								
	2016		2017				2018			2016		2017				2018		
	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.
Brasil	-2,4	-2,1	-1,9	-0,6	1,6	2,0	1,8	1,1	1,5	0,8	1,3	1,4	1,3	2,4	1,8	1,1	0,5	0,8
Centro-Oeste	-0,4	-0,4	-4,2	-0,8	1,9	4,0	3,9	2,7	2,3	2,4	3,5	0,0	0,6	2,8	3,6	2,1	1,4	1,4
Nordeste	-6,4	-5,5	-4,9	-3,9	-0,2	-0,2	0,9	0,6	1,5	-2,8	-1,2	-1,0	-0,9	0,7	0,7	0,5	-0,6	1,0
Norte	-2,9	-3,5	-0,5	0,3	2,0	1,9	3,7	1,5	2,2	-0,1	1,0	2,7	2,5	3,2	2,8	1,9	1,0	1,4
Sudeste	-1,1	-0,7	-0,8	0,8	1,8	2,0	2,2	1,6	1,9	2,5	2,5	1,3	1,2	1,8	3,2	1,7	1,2	1,0
Sul	-0,6	-1,3	-0,1	1,2	4,0	1,8	0,4	-0,6	-0,5	1,4	0,8	2,6	2,2	3,6	1,8	-0,5	-0,9	-0,5
Masculino	-2,1	-2,6	-2,7	-1,6	0,4	0,4	1,1	0,5	1,2	1,0	0,6	0,2	0,2	1,1	1,1	0,4	-0,1	0,6
Feminino	-3,0	-1,5	-0,7	0,6	3,2	3,2	2,9	2,0	1,8	0,6	2,1	2,9	2,7	4,0	4,0	2,0	1,2	1,1
De 14 a 24 anos	-9,1	-9,1	-8,8	-5,1	-2,3	2,2	1,3	-1,5	-0,2	1,8	-0,3	0,1	1,7	1,6	3,5	0,0	-2,5	-1,5
De 25 a 39 anos	-1,5	-1,6	-1,4	-2,2	-1,1	0,1	0,9	0,0	0,3	1,3	0,9	1,7	1,1	0,8	0,6	-0,1	-0,7	0,0
De 40 a 59 anos	-0,5	-0,6	-1,2	-0,8	-0,3	1,6	1,8	1,9	1,9	2,5	1,6	1,0	1,4	1,2	2,3	1,7	1,7	1,4
Mais de 59 anos	-0,5	-2,6	3,1	0,4	3,7	9,1	8,0	7,8	7,9	0,7	-1,7	4,1	1,8	4,5	9,8	8,0	7,7	8,1
Não chefe família	-1,6	-1,6	-1,3	-0,4	0,7	3,4	2,7	1,4	1,5	2,4	2,4	3,0	3,3	2,9	4,0	1,6	0,4	0,6
Chefe família	-3,3	-3,3	-3,0	-3,4	-2,0	-0,3	0,9	0,8	1,4	-1,1	-1,1	-0,8	-0,9	-0,5	0,3	0,6	0,6	1,1
Fundamental incompleto	-5,9	-5,9	-8,8	-7,4	-6,1	-2,7	-1,1	-3,0	-2,5	-3,2	-5,3	-5,3	-4,0	-3,7	-1,7	-1,4	-3,6	-3,0
Fundamental completo	-11,0	-11,0	-7,7	-9,1	-12,4	-7,0	-8,8	-2,9	-3,8	-7,1	-4,0	-4,0	-5,3	-10,1	-5,5	-9,2	-4,4	-5,3
Médio incompleto	-6,2	-6,2	3,7	4,3	13,8	14,0	10,1	-0,3	0,8	1,1	11,5	11,5	9,5	15,6	13,3	7,1	-1,2	0,7
Médio completo	2,3	2,3	0,2	0,8	1,6	1,2	1,9	1,4	2,8	5,9	3,8	3,8	4,2	3,6	2,1	1,1	0,7	1,9
Superior	0,6	0,6	4,6	3,2	4,7	7,9	7,1	7,2	6,1	2,3	6,2	6,2	5,0	5,4	7,9	6,5	7,3	6,0
Região metropolitana	-3,1	-3,1	-3,0	-2,9	-1,0	1,5	2,0	1,0	1,5	-0,6	-0,2	-0,2	0,2	0,5	2,2	0,9	0,1	0,6
Não região metropolitana	-1,6	-1,6	-1,0	-0,4	-0,1	1,8	1,6	1,2	1,4	2,7	3,3	3,3	3,0	2,4	2,5	1,4	0,9	1,1

Fonte: IBGE/Pnadc.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

TABELA A.2 b

## PNADC – Indicadores do Mercado de Trabalho

(Taxa de variação interanual, em %)

	PIA												Taxa de Participação											
	2016		2016			2017			2018			2016		2017			2018							
	3º tri.	4º tri.	3º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	3º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.	4º tri.	1º tri.	2º tri.	3º tri.		
Brasil	-2,4	-2,1	0,8	1,2	1,3	1,2	1,1	1,3	1,0	1,0	1,0	0,9	61,2	61,4	61,6	61,7	61,8	61,8	61,6	61,4	61,7			
Centro-Oeste	-0,4	-0,4	1,4	2,0	2,2	2,5	2,2	3,0	2,4	2,3	2,0	1,5	64,9	65,6	65,2	65,7	65,7	65,1	65,1	65,4	65,7			
Nordeste	-6,4	-5,5	1,0	1,5	1,6	1,6	1,4	1,2	1,3	0,6	1,0	0,8	55,0	55,0	54,7	54,8	54,7	54,9	54,6	53,9	54,8			
Norte	-2,9	-3,5	1,4	2,3	2,4	0,6	0,7	1,1	3,0	2,5	2,6	2,2	60,3	60,5	60,0	60,3	60,2	60,4	59,6	59,4	59,7			
Sudeste	-1,1	-0,7	1,0	0,7	0,9	1,0	0,7	0,8	1,1	0,8	0,7	0,8	63,6	63,8	64,4	64,6	64,9	64,8	65,0	65,0	65,1			
Sul	-0,6	-1,3	-0,5	1,3	1,0	2,0	1,9	2,4	0,8	0,6	0,8	0,7	63,9	64,3	64,8	64,6	64,5	64,7	64,0	63,6	63,8			
Masculino	-2,1	-2,6	0,6	1,5	1,4	1,2	1,1	1,0	1,0	0,5	0,6	0,9	72,0	72,0	72,0	71,9	72,0	72,0	71,9	71,4	71,8			
Feminino	-3,0	-1,5	1,1	0,9	1,3	1,2	1,2	1,7	1,7	1,3	1,4	1,0	51,3	51,6	52,0	52,3	52,5	52,5	52,3	52,2	52,5			
De 14 a 24 anos	-9,1	-9,1	-1,5	0,5	0,5	0,2	0,7	0,7	-0,1	-1,4	-2,2	-2,0	49,2	49,7	50,7	50,8	50,9	51,0	51,5	50,6	51,2			
De 25 a 39 anos	-1,5	-1,6	0,0	1,0	0,9	1,2	0,8	0,3	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	81,7	81,9	82,0	82,3	82,3	82,4	82,1	82,0	82,5			
De 40 a 59 anos	-0,5	-0,6	1,4	2,0	1,8	1,5	1,7	1,4	2,0	1,4	1,7	1,1	72,8	72,7	72,6	72,8	73,0	73,1	72,8	72,8	73,3			
Mais de 59 anos	-0,5	-2,6	8,1	2,6	1,6	2,8	1,5	2,5	4,4	5,0	5,8	5,9	22,2	22,8	22,7	23,0	23,4	23,5	23,3	23,4	23,8			
Não chefe família	-1,6	-1,6	0,6	1,1	1,1	1,3	1,3	1,0	1,3	0,4	0,4	0,2	57,0	57,5	58,0	58,3	58,6	58,6	58,7	58,3	58,8			
Chefe família	-3,3	-3,3	1,1	1,4	1,4	1,4	1,0	1,3	1,4	1,8	2,0	2,0	67,1	66,8	66,6	66,4	66,4	66,2	65,8	65,5	65,8			
Fundamental incompleto	-5,9	-5,9	-3,0	-0,1	-0,1	-2,3	-1,6	-1,7	-1,2	-0,7	-1,0	-1,3	45,1	44,8	45,3	45,3	44,8	44,8	45,0	44,1	44,1			
Fundamental completo	-11,0	-11,0	-5,3	-4,9	-4,9	-1,9	-3,8	-7,6	-5,9	-7,9	-4,0	-4,2	57,4	58,3	57,2	56,8	57,7	57,5	56,4	56,6	57,0			
Médio incompleto	-6,2	-6,2	0,7	0,8	0,8	10,1	7,3	11,0	8,1	2,8	-1,3	-0,4	54,5	55,3	53,9	56,1	57,1	58,1	56,2	56,2	57,8			
Médio completo	2,3	2,3	1,9	5,3	5,3	3,1	3,3	3,2	2,0	2,0	1,7	2,4	75,5	75,6	75,3	75,5	75,6	75,4	74,6	74,7	75,3			
Superior	0,6	0,6	6,0	2,1	2,1	5,7	4,7	5,4	7,4	7,1	7,9	6,8	79,9	80,4	80,0	80,1	80,3	80,1	79,6	79,7	79,7			
Região metropolitana	-3,1	-3,1	0,6	1,1	1,1	1,3	1,3	1,2	1,4	0,9	1,0	0,9	59,2	59,3	59,5	59,6	59,7	59,7	59,5	59,1	59,5			
Não região metropolitana	-1,6	-1,6	1,1	1,3	1,3	1,4	1,0	1,1	1,2	1,1	1,1	1,1	64,0	64,3	64,5	64,6	64,8	64,7	64,7	64,6	64,8			

Fonte: IBGE/Pnad.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.





## Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac)

José Ronaldo de Castro Souza Júnior – Diretor  
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti – Diretor Adjunto



### Grupo de Conjuntura

#### Equipe Técnica:

Christian Vonbun  
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos  
Leonardo Mello de Carvalho  
Marcelo Nonnenberg  
Maria Andréia Parente Lameiras  
Mônica Mora Y Araujo de Couto e Silva Pessoa  
Paulo Mansur Levy  
Vinicius dos Santos Cerqueira  
Sandro Sacchet de Carvalho

#### Equipe de Assistentes:

Ana Cecília Kreter  
Augusto Lopes dos Santos Borges  
Felipe dos Santos Martins  
Felipe Simplicio Ferreira  
Janine Pessanha de Carvalho  
Leonardo Simão Lago Alvite  
Matheus Rabelo de Souza  
Monyk Brites Alves Cardoso  
Pedro Mendes Garcia  
Renata Santos de Mello Franco  
Victor Henrique Farias Mamede

---

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.